

ESTUDO SOBRE O MÉTODO E OS DESAFIOS ENCONTRADOS NO DECORRER DE UMA PESQUISA

STUDY ON THE METHOD AND CHALLENGES ENCOUNTERED DURING RESEARCH

Heloísa Lemos Silva¹, Lucas Pedro dos Santos², Vitor Mattos Esteves³

RESUMO

O presente artigo visa apresentar de forma sucinta os métodos e fases do projeto de pesquisa sobre a aplicação da justiça aristotélica nas decisões do STF e as escolhas metodológicas ocorridas ao longo do processo de pesquisa. Além disso, irá relatar os desafios encontrados pelos pesquisadores em todas as etapas e as adaptações feitas ao longo da experiência.

Palavras-chave: Aristóteles. Filosofia. Pesquisa. Jurisprudência. STF.

ABSTRACT

This article aims to succinctly present the methods and phases of the research project on the application of Aristotelian justice in Supreme Court decisions and the methodological choices made throughout the research process. In addition, it will report the challenges encountered by researchers at all stages and the adaptations made throughout the experience.

Keywords: Aristoteles. Philosophy. Research. Precedents. Supreme Federal Court.

1 INTRODUÇÃO

O projeto Prodocência inicia-se em junho de 2022, coordenado pelo Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UERJ, Daniel Nunes Pêcego, objetivando apresentar ao campo da

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito da UERJ.

² Graduando em Direito pela Faculdade de Direito da UERJ.

³ Graduando em Direito pela Faculdade de Direito da UERJ.

Artigo recebido em 04/12/2023 e aprovado para publicação em 04/12/2023

teoria do direito uma análise inovadora: o estudo da eventual aplicação dos conceitos clássicos no Direito Moderno.

O projeto visa estabelecer uma conexão entre as disciplinas propedêuticas e humanísticas através da pesquisa da aplicação dos conceitos clássicos de justiça e seu impacto no Direito Moderno. Isto se dá pela necessidade de aproximar os conceitos e verificar-se como estes influenciam, ou não, as decisões judiciais. Outrossim, urge a necessidade de aproximação, pois à época sequer existia o Direito como campo autônomo.

Destaca-se que a justiça é objeto central da aplicação do Direito e que a conceituação clássica desta em Aristóteles é a principal fonte de inspiração para a construção epistemológica jurídica ocidental. Principalmente através das definições e conceituações em seus tratados de Ética, em especial o Livro V de Ética a Nicômaco, onde o conceito de justiça é abordado e dividido em dois grandes gêneros: a justiça universal e a justiça particular.

A justiça universal trata da obediência à lei (*nomos*) da *Pólis*, dada como indissociável da Política e da Ética. Nesta toada, não se cogitaria uma lei que não visasse a realização da virtude (*areté*), ainda que não o fizesse na realidade (ARISTÓTELES, 1996, p. 194). Assim, Aristóteles estabelece o respeito à lei como parâmetro para um dos gêneros da justiça.

Já a justiça particular busca compreender o conceito no caso concreto, abordando diferentes facetas da vida política e se divide em dois subgêneros: a justiça distributiva e a corretiva (ARISTÓTELES, 1996, p. 195). A distributiva é focada em distribuir geométrica e proporcionalmente o bem comum, com a máxima “Tratar os desiguais nas medidas de suas desigualdades” (Ibid, p. 199). Já a justiça corretiva (ou comutativa) é um conceito de restauração de ordem ao seu estado harmônico, muito comum no Direito Penal (Ibid., p. 197).

Retomando-se a justiça como virtude, para Aristóteles, existe um direito natural imprescritível e inalienável anterior à lei que lhe confere validade, diferente do conceito moderno de representar um comando lógico deduzido da ação humana, mas sim, como conclui Hervada (HERVADA, 2008, p. 238 e ss), no sentido da lei como ordenação da realidade com duas premissas: a existência de algo que deve ser atribuído e a necessidade de atribuí-lo

a seu titular, retirando-os da ordem injusta (quando este algo não está com seu titular) para ordem justa (a atribuição), sendo esta a função primária da lei.

Com o decorrer do tempo, porém, novas escolas conceituais de direito nascem, rompendo com a tradição clássica e tendendo inicialmente ao racionalismo, após ao idealismo e subjetivismo e o conceito da lei como um poder subjetivo conferido por uma norma objetiva (VILLEY, 2009, p. 172 e ss.). Desta monta, percebe-se a dificuldade preliminar da transposição dos conceitos para o Direito Moderno e como os erros conceituais podem trazer problemas na aplicação do direito moderno. Trata-se, portanto, de um objeto de investigação inédito na literatura.

O objetivo geral do projeto é lançar luz não apenas sobre o problema da utilização de conceitos antigos no Direito Moderno, mas sobretudo investigar a maneira com que estes conceitos antigos são interpretados, aplicados e instrumentalizados neste Direito.

Através desta análise, propõe-se que os alunos realizem uma atividade integrativa, interdisciplinar e humanística, para adequadamente estudar e investigar a aplicação da justiça aristotélica em decisões do Supremo Tribunal Federal.

Especificamente, foram buscados nos julgados da máxima instância brasileira evidências, explícitas ou implícitas, das categorizações aristotélicas de justiça e, a partir destas evidências, promove-se a discussão sobre a coerência desta aplicação em relação à fonte primária, sua adequação à sistematização moderna, e, finalmente, a eficácia em plano real desta transposição de conceitos. Em outras palavras, quais os resultados práticos destes ideais de justiça na jurisprudência da mais alta Corte do país.

Desta maneira, seja em fase de pesquisa, seja em etapa de discussão ou produção, os alunos foram capazes de, a uma só vez, trabalharem conceitos caros e importantes na formação do bacharel em Direito, desde História até a Filosofia, além de campos mais específicos, como o Constitucional e as classes de ação.

2 FASE 1: construção do arcabouço teórico

2.1 PROPOSTA

A proposta inicial para a primeira fase do projeto foi a construção de base teórica sólida para identificação dos conceitos e objetivos do projeto em fases posteriores. Para tanto, não apenas se oportunizou a leitura isolada, mas a discussão crítica em reuniões presenciais ocorridas quinzenalmente, durante seis meses.

Tal espaçamento se deu pela necessidade de aprofundamento nos textos e sua discussão, para que os alunos pudessem compreender a bibliografia selecionada. Foram escolhidas duplas alternadas entre os pesquisadores, nas quais havia duas figuras: a do relator e a do revisor, sendo aquele o responsável por levantar ponto a ponto o texto e este o responsável pela crítica e interlocução bibliográfica com outros textos.

Foi disponibilizada então uma lista de leitura com 7 textos e distribuídos pelos responsáveis, todos eles com o objetivo de construir um arsenal de conceitos para utilização na posterior análise dos dados.

A referida etapa durou exatos seis meses, momento necessário para o amadurecimento e aperfeiçoamento dos conceitos que seriam trabalhados depois: justiça comutativa, distributiva, equitativa, ética das virtudes, direito natural, jusnaturalismo, etc.

2.2 DESAFIOS

Nesta etapa, os alunos pesquisadores, bolsistas voluntários, puderam experimentar uma análise profunda de textos clássicos. Isto posto, houve a dificuldade inicial de se deparar com leituras que se propunham além do Direito e em outros idiomas.

Portanto, houve a dificuldade, principalmente em relação aos alunos que estavam nos períodos iniciais, de destrinchar os textos e conceitos mais complexos.

2.3 SOLUÇÕES

Tal dificuldade foi sanada rapidamente nas reuniões presenciais, com as dinâmicas de relatoria e revisão, pois ao apresentar o texto e expor a sua análise minuciosa, foi possível contar com a experiência de alunos mais avançados e do próprio Professor para destrinchar eventuais dúvidas.

Além disso, ao longo do processo foram produzidos fichamentos e esquemas para posterior consulta, facilitando a revisão dos conceitos sempre que necessário.

3 FASE 2: levantamento de dados

3.1 PROPOSTA

O desenho da pesquisa foi delimitado pela análise de quinze anos de decisões do Supremo Tribunal federal (STF), entre 2007 e 2020, tanto com a perspectiva de análise com proximidade temporal ao contexto da pesquisa, quanto à escolha da corte que determina precedentes e jurisprudência vinculante o que influencia na aplicação concreta do Direito no Brasil.

Diante da escolha foram levantadas três hipóteses que a pesquisa poderá encontrar com cerne no levantamento jurisprudencial: (1) a justiça aristotélica não sobrevive na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal; (2) a justiça aristotélica sobrevive na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, porém é aplicada implicitamente; e (3) a justiça aristotélica sobrevive na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e é aplicada explicitamente. Para tanto, foram escolhidas dez palavras-chave, sendo elas: Aristóteles, Direito Natural, Jusnaturalismo, Justiça Comutativa, Justiça Distributiva, Justiça Corretiva, Justiça Retributiva, Justiça Particular, Justiça Universal e Lei Natural.

Logo após, houve a separação de todos os casos em que ao menos uma das palavras-chave aparece, momento no qual os processos foram analisados com o fim de descobrir se a justiça aristotélica teve papel crucial ou secundário no acórdão; se, independente de crucial ou secundário, foi um dos fundamentos da própria decisão, ou apenas uma opinião vencida

em meio aos debates; e se a justiça aristotélica foi aplicada consciente ou implicitamente, através de uma herança cultural-jurídica, sem mencionar abertamente a fonte conceitual que é Aristóteles.

Em seguida, foram construídas as tabelas e fichas adequadas como meio para fácil acesso a todos, levando em consideração as informações relevantes e pontos de destaque para facilitar a posterior conferência de dados e produção escrita.

Por fim, foram divididos três anos para cada um dos cinco pesquisadores bolsistas com o fim de melhor orientar e concentrar a pesquisa e distribuí-la por igual.

3.2 DESAFIOS

Como informado acima, a realização do levantamento de dados se deu com a pesquisa jurisprudencial na base *online* de dados do STF buscando no intervalo de quinze anos (2007 a 2020). A primeira dificuldade encontrada foi com a ferramenta de busca, pois ao filtrar no *site* o período específico de tempo foram encontradas decisões esparsas.

O segundo desafio enfrentado pelo grupo de pesquisa se deu com a percepção que muitas vezes as palavras eram utilizadas de forma incorreta ou como uso meramente retórico, o que em um primeiro momento, ensejou a retirada desses dados da análise.

Por fim, a forma de organizar os dados definida preliminarmente também se revelou ineficaz, visto que a primeira solução apresentada seria uma tabela no *Excel* com todas as informações.

Desta forma, no primeiro mês as decisões encontradas foram inconsistentes e, quando houve a necessidade de retornar para análise dos dados, havia a necessidade de consultar novamente o *link* no *site*, o que proporcionou muito retrabalho.

3.3 SOLUÇÕES

Após várias conversas e tentativas em grupo foi realizada reunião em que foi definida uma forma de pesquisa mais efetiva, qual seja, colocar a palavra-chave com 250 resultados por página e em seguida utilizar o recurso de pesquisa do navegador (CTRL + F) para pesquisar o ano. A partir deste momento, os resultados cresceram exponencialmente.

Além disso, pela expressiva quantidade de decisões, percebeu-se que todos os dados, mesmo os que não representavam a tese buscada pela pesquisa, eram necessários para a construção dos resultados, momento o qual se definiu abarcar todas as decisões que continham a palavra-chave e criar uma classificação pelo seu tipo de uso; substancial, incorreto, retórico, devido, impróprio, argumentativo, visando assim uma análise mais completa da transposição dos conceitos estudados para as decisões da suprema corte.

Também foram acrescentadas ao objeto de pesquisa as decisões monocráticas, dada a escassez de acórdãos, pois se entendeu que todos os ministros da Suprema Corte e suas decisões eram relevantes para a análise.

Em seguida, foram definidas como as fichas funcionariam para evitar o retrabalho e facilitar o acesso às informações e análises já realizadas, sendo excluído o uso das tabelas do Excel e aderindo ao uso das fichas em *Word*, com um formato e nomenclatura padronizados que possibilitassem a posterior análise.

Desta monta, todos os desafios e soluções foram essenciais para a construção de diversas competências dos pesquisadores no âmbito acadêmico. Além de se proceder a análise, foi possível uma construção conjunta e eficaz de ferramentas para facilitar a pesquisa.

4 FASE 3: conferência de dados

4.1 PROPOSTA

A terceira fase consistiu na conferência dos dados já recolhidos durante a fase de pesquisa anterior, uma vez que era necessário evitar discrepâncias do resultado da pesquisa com a realidade do amplo escopo de quinze anos de pesquisa jurisprudencial. Para tal, os

anos pesquisados por cada pesquisador foram divididos entre outros pesquisadores que buscaram em cada uma das decisões onde foi apontada a ocorrência de pelo menos uma palavra-chave, os dados necessários para a montagem de fichas e tabelas que demonstrassem o resultado da pesquisa.

Nessa etapa cada ficha foi enriquecida com as impressões de outros pesquisadores sobretudo dos tipos de uso que foram verificados em cada ocorrência das palavras-chave com a devida indicação da citação encontrada.

4.2 DESAFIOS

Para a realização da conferência, cada pesquisador buscou na base de dados *online* do STF o número do processo, já que a mera busca por palavras-chave resultaria em uma pesquisa imprecisa. Após encontrar a decisão e buscar em seu texto cada palavra-chave, o pesquisador buscou entender que tipo de uso foi dado ao conceito no voto ou relatório e corrigir quaisquer erros identificados na produção das fichas na fase de levantamento de dados.

Um desafio encontrado foram algumas decisões que continham mais de uma palavra-chave e, portanto, foram contabilizadas como sendo duplicadas resultando assim em imprecisão na contagem total de citações.

Ademais em algumas fichas foi verificada a ausência de informações essenciais para a correta identificação do processo, bem como a ausência da citação identificada na decisão.

Em alguns casos a conferência realizada por outros pesquisadores foi essencial para apontar quais decisões deveriam permanecer no escopo da pesquisa e quais deveriam ser desconsideradas, além disso a verificação do tipo de uso do conceito só se deu com a análise de outro pesquisador.

Importante destacar que esse referido momento foi de grande transcendência para a pesquisa, pois os bolsistas antigos (os quais trabalharam por quatorze meses no projeto), conforme o avançar do projeto, deram lugar a novos pesquisadores.

4.3 SOLUÇÕES

Com o intuito de realizar uma melhor representação dos dados obtidos e impressões coletadas, os pesquisadores elaboraram relatórios e introduziram seus pontos de vista, suas sugestões e eventuais correções nas próprias fichas elaboradas anteriormente. Também foram usadas capturas de tela do *site* do STF que demonstravam a presença ou ausência das palavras-chave nas decisões pesquisadas.

As sugestões e correções realizadas pelos pesquisadores nessa fase foram essenciais para aumentar a assertividade da pesquisa, reproduzindo fielmente os resultados encontrados nas respectivas decisões.

Ao final, o trabalho de conferência dos dados pesquisados resultou em uma percepção mais precisa dos resultados obtidos, o que foi essencial para as fases posteriores da pesquisa, onde tais resultados foram reproduzidos em tabelas e gráficos para a construção de artigos em que serão expostos os resultados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto de pesquisa revelou-se extremamente eficaz em suas propostas iniciais, pois, além de abarcar campos interdisciplinares ao Direito, como a História, a Filosofia e o Direito Constitucional, se prestou a construir as competências acadêmicas necessárias para todos os envolvidos.

Todo o projeto foi construído com base em uma metodologia previamente considerada a qual, com as devidas adaptações, se demonstrou essencial para o correto andamento. Num primeiro momento, foram construídos os arcabouços teóricos e conceituais, momento necessário para a apresentação e consolidação dos termos de pesquisa para os novos pesquisadores.

A seguir, a fase de levantamentos de dados inovou ao combinar o estudo teórico clássico com análise moderna com recorte extremamente atual dos últimos quinze anos, o



que possibilitou resultados surpreendentes, além de desenvolver o senso crítico e a habilidade de construção de ferramentas de pesquisa e arquivo em todos os participantes.

Por fim, a conferência e construção de tabelas e gráficos demonstrou uma nova perspectiva, dada a ótica dos novos bolsistas agregados à pesquisa, que ao longo do processo puderam avaliar e construir novas ideias e impressões.

Esta pesquisa caminha para sua quarta e última etapa que é a produção científica propriamente dita; a construção do artigo final, porém, há de se destacar que um projeto com uma boa metodologia e com planos e metas efetivos se transformam em uma construção coesa e eficiente.

As respostas às hipóteses serão apresentadas em artigo final, mas todo o construído até o momento implica no enriquecimento acadêmico de todos os pesquisadores que passaram pela pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HERVADA, Javier. **Lições propedêuticas de Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.